

ENTRE NORMAS E SUBVERSÕES: RESISTÊNCIA ÀS CONVENÇÕES DE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE EM ESCOLA RELIGIOSA.

Cristiano José de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe/cristianj_35@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os discursos de subversões dos/as alunos/as, presente nas falas dos/as docentes frente às questões relacionadas à normatizações de gênero, sexo e sexualidade em uma escola religiosa. A pesquisa é de cunho qualitativo apresenta entrevistas semiestruturadas para análise desses discursos. Apesar de sentirem a necessidade da discussão gênero e sexualidade no âmbito escolar, levando-se em consideração as demandas em relação ao preconceito, à homofobia e a violência, os/as docentes não se sentem seguros e preparados para tais discussões. Diante das análises das narrativas, percebeu-se que apesar das normas, regulações, vigilância dos alunos e alunas, evidenciaram-se subversões que surgem num processo de transgressão ao discurso religioso e biológico no que tange ao gênero e sexualidade.

Palavras – chave: Escola Religiosa, Gênero, Sexualidade, Normatizações, Subversão.

Introdução

A atualidade tem sido assinalada pelos desafios nos espaços educativos e, quando se pensa em escola religiosa, os conflitos obtêm uma vasta repercussão em face aos dogmas, doutrinas e os discursos religiosos que diz respeito ao gênero, sexo e sexualidade. É certo que temas como esses se tornam mais inquietantes nos ambiente escolar, seja pelos/as docentes, discentes e corpo administrativo composto pelo quadro hierárquico. Quando se fala em sexo, logo vem a ideia do biológico, fisiológico e anatômico, desconsiderando que Foucault(1988), apresenta e compreende como uma “invenção social”, levando em consideração a necessidade de regular o gênero, sexo e sexualidade por meio de discursos.

As normatizações é que forma um discurso da naturalidade e normalidade no espaço escolar e que é fabricado diariamente na escola religiosa. Se de fato existe uma discussão de efetivar a naturalidade da identidade sexual. Assim, Louro (2001, p.20) afirma que: “em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial , não natural, porque haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la?

Dessa forma, percebe-se que a sexualidade pode ser construída e recriada, o que a grande modo não possa restringir a determinadas formas. Neste sentido:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é

exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos. (FOUCAULT, 1988, p.30).

Sem duvida, os espaços educativos reproduzem e constituem subjetividades do que deve ser dito, e do que se devem dizer, instituindo verdades sobre gênero e sexualidade normatizando-os/as. É preciso estranhar o olhar do que é diferente para não tornar o diferente estranho, tal qual se faz com as diferenças. E que nas subversões, nos movimentos de resistências encontrados nas análises das falas de professores e professoras, que as categorias gênero e sexualidade provocam desordem e afetam a cultura, os discursos da Medicina, da Biologia e da religião, que, até então, tentavam conter a multiplicidade de sexualidade regulamentando o sexo por um sistema extremamente binário. É essa subversão pela própria norma que será tratado a seguir.

Assim, configura-se claramente um discurso pautado nas normas de gênero, e, por conseguinte, sua subversão é vista como estranho numa perspectiva de não reconhecer o outro. Poderíamos dizer:

Nessa perspectiva *queer*, a ideia seria trazer ao discurso as experiências do estigma de humilhação social daquelas pessoas que são frequentemente xingadas, humilhadas por causa da sua não normatividade de gênero. Isso tudo com o objetivo de modificar os aspectos da educação que ainda impõem, compulsoriamente, as identidades. (MISKOLCI, 2012, p. 17).

Essa concepção naturalizada da sexualidade pelos/as docentes que o espaço escolar se comunica, propagando a ideia de sexualidade única e fixa, discurso que normatiza a heterossexualidade, e que por sua vez mesmo com tanto controle da norma, percebe-se que alunos e alunas sejam subversivos. Assim, este artigo tem como objetivo analisar os discursos de subversões dos/as alunos/as, presente nas falas dos/as docentes frente às questões relacionadas à normatizações de gênero, sexo e sexualidade em uma escola religiosa. Buscarei apresentar algumas narrativas dos/as docentes sobre a subversão, enfatizando a religião como discurso da sexualidade/heterossexual, levando para o aspecto biologizante.

Para análise das práticas discursivas dos/as docentes referentes à subversão à sexualidade/heterossexual, tal qual a apreensão das narrativas no ambiente escolar religioso. Elaboramos uma entrevista semiestruturada onde buscamos levantar os discursos de 13 docentes do 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental, vinculados a uma escola da rede privada do Estado de Sergipe.

A partir da elaboração de um roteiro de entrevista, aplicamos a técnica de entrevista semiestruturada. Definimos análise do discurso inspirado em Foucault (1996), para tratar as informações e discursos produzidos pelos/as docentes. Esse momento oportunizou-nos a compreensão dessas narrativas, como também, permitiu-nos entender a maneira que elas se constituem e que a subversão é um fato diante das práticas educativas a respeito das subjetividades que estabelecem num espaço educativo.

Subversões de gênero e sexualidade em escola religiosa

Nas narrativas que contam os professores/as entrevistados, existem episódios sobre, transgressões das demarcações de gênero e sexualidade. Mais precisamente, alunos/as subversivos, tanto heterossexuais e homossexuais “que atravessam ou que, de algum modo, embaralham e os sinais considerados próprios” de cada um desses corpos (LOURO, 2004, p.87), vão se constituindo os referidos docentes narram como esses/as alunos/as são tratados/as e seus posicionamentos frente às discussões.

Se masturbar é pecado? Pode se masturbar ou não (risos). Imagine em uma aula de religião o aluno sair com uma dessa. (Irmã Eleonora, 2015).

A fala da professora /freira, certamente traz a reflexão para aquilo que foge a regra, a norma estabelecida diante dos dogmas da igreja nesse espaço escolar. Nessa narrativa, observa-se claramente que o discurso religioso tem um peso do que deve ser dito e não dito diante de uma aula de religião, quando a freira diz: *“Imagine em uma aula de religião o aluno sair com uma dessa”*. Dessa maneira, a escola, de forma particular é uma “[...] instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido” (CÉSAR, 2009, p.48).

Entretanto, o discurso religioso por vezes é surpreendido por outros discursos que não o da normatização, das regras, tal qual narra à freira: um aluno perguntou *“se masturbar é pecado?”*, nesse momento surgem subversões em meio às regras estabelecidas, ainda que, por sua vez trate-se de uma situação que possivelmente venha fazer a turma na sala de aula a refletir, ou relacionar o pecado à masturbação, dentro de uma relação de pensar o que se pode fazer ou não, bem como fez o aluno. Todavia, “percebe-se que os conservadorismos presentes

nos dicionários não dão conta de perceber a potencia das subversões” (LIMA, 2014, p. 16). Entretanto, percebe-se que:

Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais. (BUTLER, 2013, p. 139)

Por vezes, a ideia do tradicional e os papéis de representatividade do sujeito permeiam ainda hoje como fator inerente ao preconceito de discursos que formam sujeitos e criam olhares discriminatórios, bem como o fato de pais questionarem sobre a escola manter no quadro de docentes, sendo essa por sua vez uma escola religiosa, professores homossexuais, tal qual a narrativa apresentada:

“Temos professores homossexuais e que sempre somos questionados pelos pais porque isso aqui é uma escola religiosa e não pega bem, uma escola religiosa estar com professor desse jeito, disse um pai certo dia” (Irmã Eleonora, 2015).

Percebe-se que apesar do que expressa à professora /freira na narrativa ***“sempre somos questionados pelos pais, porque isso aqui é uma escola religiosa,”*** ainda assim, o processo de subversão é existente na escola religiosa ***“temos professores homossexuais”*** quando a mesma toma posicionamentos que contrariam os dogmas da igreja, as regras, os discursos de reprovação, do preconceito, do diferente. Nesse contexto é necessário que os pais e mães:

Em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar a forma como os discursos dominantes da heterossexualidade produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quando sobre a heterossexualidade. (BRITZMAN, 1996, p.92).

Assim, cobra da suposta masculinidade comportamentos pela heteronormatividade. É dessa forma que o olhar se torna mais treinado para o homem em detrimento da mulher.

Nessa perspectiva, a repressão torna-se o meio para que a ilegitimidade do sujeito não venha a propagar-se numa atitude transgressora frente aos demais tidos como normais ou dentro dos padrões sexuais aceitos socialmente. Assim é que, se completa, através do Foucault(1988, p.12), “[...] se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição a inexistência e ao

mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada”. A omissão à discussão sobre temas como a homossexualidade na escola é, por conseguinte, silenciado quanto às questões emergentes e produtoras de preconceitos, tornando a homofobia cada vez mais intransigente.

Nesse ponto, apresenta-se outra intolerância no espaço escolar de acordo com a sexualidade:

“aí teve um aluno que disse professora eu quero ficar no grupo das meninas, aí pronto como ele já tinha esse jeito as meninas, começaram a ficar com gozação” (Professora de inglês).

Esta narrativa evidencia um rompimento com a invisibilidade exigida socialmente daqueles que por sua própria atitude contraria as normas existentes, o processo de subversão mostra a possibilidades e permanência das identidades sexuais e de gênero, bem como, a relação que se estabelece entre ambos. O traço marcante das características descritas cria subjetividade que colocam os que possuem ***“esse jeito”*** como narra à professora num lugar subjugado, sendo discriminado e colocado à margem da sociedade. Todavia, o sujeito subversivo não se preocupa com ser aceito ou não, de fato o que marca e demarca seu espaço de ação é sua ação transgressora, tal como se afirma:

Queer significa colocar-se contra a normalização venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormalidade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2001, p. 39).

O espaço escolar muitas vezes, configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceito, bem como narra a professora no que dizem respeito ao aluno subversivo, ***“começaram a ficar com gozação”***, esses discursos transforma a sexualidade no processo de discrição de modos de produção dos corpos, a partir do discurso fortemente normativo. Os olhares, os discursos não invalidou a ação no processo de subversão em que o aluno se colocou ao escolher o ***“grupo das meninas”***.

Apesar desses discursos e práticas que buscam normalizar os comportamentos, nas falas e as atitudes de docentes e discentes no currículo analisado, foi possível encontrar alguns escapes. Afinal, de acordo com Foucault (1984, p. 248) “[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual”. A presença de um professor gay em uma escola religiosa, as performances dos meninos afeminados e as resistências aos

enquadramentos em grupos de meninos e de meninas evidenciam que muitas outras produções são possíveis neste espaço educativo. Portanto, é “percebendo esse movimento marcado por relações de poder e, entendendo que onde há o poder, apresentam-se as possibilidades de resistências e subversões da norma”. (Lima, 2014, p.82).

Ainda que o discurso da escola religiosa traga a heterossexualidade como parâmetro de normalidade e que, assim, traga nos discursos uma heterossexualidade regulada, que normatiza falas, modos, gestos culturalmente construídos, reforçando e validando a construção de corpos, tal qual a acontece com a professora de Ciências:

“A professora de Ciências foi questionada pelos pais por levar um pênis de silicone e uma camisinha, tanto masculina bem como feminina para ministrar uma aula” (Professor de Educação Física).

No contexto familiar, o tema sexualidade ainda se encontra imerso em tabus e princípios morais fortemente enraizados, gerando problemas e/ou dificuldades para a ampliação de espaços de dialogo entre pais, mães e filhos/as. “Todavia, esse olhar não inviabilizou a ação da professora, tanto que, na narrativa do professor em que a mesma foi” ***questionada pelos pais***” não a fez retroceder, calar, ao contrário, o ato de subversão da professora, certamente cria estratégias discursivas de que a norma pode e deve ser questionada, tal qual vemos em uma aula de ciências em escola religiosa cujo tabus são inerente ao processo de formação religiosa, em que o sexo e sexualidade não são tão discutidos, a professora trazer para aula ***“um pênis de silicone e uma camisinha, tanto masculina bem como feminina para ministrar uma aula”***.

Ainda que os pais e as mães tenham visto o ato da professora como uma transgressão, marcada por normas e regulações, faz-se necessário pensar outros aspectos de regulação desses corpos e que seria relevante perceber que o uso de preservativo (camisinha) para afastar o perigo do contágio das doenças sexualmente transmissíveis, bem como de uma gravidez não planejada entre outros aspectos, porém, os discursos de repressão impossibilitam esse reconhecimento, trazendo situações e momentos de transtornos sociais.

Desse modo, quando se pensa nos espaços educativos, devem-se levar em consideração as diferenças que passarão a compreender o sujeito socialmente falando, para não oprimir os diferentes, criando-se a intolerância, subjetivando-se alunos/as com olhares discriminatórios, tal qual afirma Junqueira: “[...] a escola configura-se, assim, como espaço institucional de opressão, o que deve, ainda, à participação ou à omissão dos sistemas de

ensino, da comunidade, das famílias, da sociedade, as instituições e do estado”(2009, p. 166). Esse controle minucioso não impede que os processos de subversões venha existir, fato esse o ato de namorar nos espaços da instituição:

“porque eles aproveitam os momentos de intervalos dos jogos, justamente para isso, para namorar, para paquerar. (Professora de Inglês).

Assim, a manifestação de afetividade ganha um modo de subversão por parte dos/as alunos/as, fazendo com que a forma coercitiva de expiar, vigiar e punir não seja posta, apesar da necessidade de controle da escola. O modo de subversão em que alunos/as apresentam frente às regras estabelecidas incorporam práticas no cotidiano desses sujeitos, onde se cria espaço de transgressão ao ato de vigilância. Portanto,

A norma *pode* e *é* subvertida. Todos os dias, em todos os espaços, homens e mulheres a desafiam. Alguns sujeitos embaralham códigos de gênero ou atravessam suas fronteiras; outros articulam de formas distintas sexo-gênero- sexualidade; outros ainda criticam a norma através da paródia ou da ironia. A heteronormatividade constitui-se, portanto, num empreendimento cultural que, como qualquer outro, implica disputa política. (LOURO, 2009, p. 91).

Portanto, a discussão de gênero amplia o significado e sentido atribuídos ao que é dito como normal e anormal, os quais são classificados como transgressores, e que isso não é apenas um ato dos heterossexuais , bem como homossexuais, intersexos, bissexuais, transexuais e tantos quantos que correspondem às ideias de gênero culturalmente estabelecidas. Assim, o sexo passou a ser gerido e regulado por concepções diversas tais como: taxa de natalidade, frequência das relações sexuais, relações fecundas ou estéreis, práticas contraceptivas. Esses exemplos de elementos de análise e intervenção estatal do corpo da população que foram utilizados, tal qual diz Foucault (1988) quando discute relação de poder.

Que o estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso do que eles fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar a sua prática. Entre o estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; todas umas teias de discursos, de saber, de análise e de injunções o investiram. (FOUCAULT, 1988, p.29).

Nesse ponto, apresenta-se outra situação vivenciada nesse espaço educativo, em que o não cumprimento dessa norma instituída é visto como diferente tido como fora do padrão, anormal e transgressor:

“Ela pegava a calça do irmão e ia, sem contar que ela se enchia das tatuagens de chiclete, essas coisas. Os coleguinhas ficavam realmente comentando na sala de aula: porque ela vem assim?” (Professora de Inglês).

A narrativa da professora está atravessada por um discurso que tenta normalizar os sujeitos. Ela acredita que acessórios e vestimentas precisam obedecer às normas do uso do *uniforme*. Está bem expresso em sua fala que os diferentes, discrepantes, divergentes são vistos como transgressores e por isso são denominados “problemas” escolar. Não é o *vestir saia* que define o ser menina, mas quando se depara com uma aluna que veste calça, cria-se um preconceito que se estabelece na fala dos/as colegas. O dizer “*ela pegava a calça do irmão*” é para professora uma provocação a norma. Contudo, mesmo diante dos comentários dos/as colegas “*porque ela vem assim*” a aluna não se intimidou a ser e fazer o que ela gostava de fazer, com aquilo que se identificava quanto ao gênero. São esses discursos que circulam no espaço da escola investigada, que nomeiam e produzem certas posições dos sujeitos, bem como suas próprias atitudes (CARVALHAR, 2010). Nessas práticas discursivas, torna-se difícil que meninas e meninos percebam que sua conduta não tem qualquer relação com capacidades inatas, nem naturais, mas foram construídas socialmente e reproduzem os modelos de conduta existentes. No entanto, subverter é reinventar, tal como se afirma:

É preciso perceber que todo processo de assujeitamento traz possibilidades de subversão e esta potencia de subverter é a potência criativa da vida, a garantia de que a própria vida só é vida porque pode ser subvertida e reinventada. (LIMA, 2014, p. 82).

A despeito das regulações aqui analisadas, com demarcações do que é de menino e menina, em razão das normalizações do menino masculinizado e da menina feminilizada, as vestimentas que ganham aspectos que nomeiam o sujeito, se heterossexual ou homossexual quando discutida a questão das vestimentas e as cores nas roupas, muitas vezes não é questionado sobre o padrão da norma. Ainda assim, outros contornos são dados por aqueles que enfrentam a heteronorma, com características de subversão, como a menina que veste calça, o menino que quer participar de grupos de meninas, fazendo com que esses discursos ganhem força na dinâmica de enfrentar os muros do preconceito e da discriminação.

Considerações finais

Portanto, percebemos um conflito existente no que tange as discussões de gênero, sexo e sexualidade em uma escola religiosa. O espaço educativo é um local onde espera se desnaturalizar e desnormalizar discursos e ideias extremamente sexistas. É inadmissível não perceber o modo em que e como as transformações sociais acontecem e existem. Os/as professores/as são agentes e formadores de opiniões e invalidar a pluralidade é criar discursos extremamente preconceituosos e discriminatórios, o que impede a garantia de liberdade de expressão, de oportunidades efetivas na participação direta e indireta de alunos e alunas nos diversos espaços sociais.

Nos relatos dos/as docentes, ficam evidente que alunos e alunas criam seus modos e posturas de subversões frente às normatizações e regras estabelecidas diante dos dogmas e discursos religioso, levando em consideração que a escola é o espaço em que se espera criar discussões que propicie o pensar, refletindo sobre as demandas sociais da diversidade, seja ela de gênero, sexo e sexualidade, pois além de tonar-se um local onde as diferenças são múltiplas e aparentes, é um local de debate contínuo, com um olhar para o pensamento crítico, de tonar aluno/a autônomo, em que esperar ser um espaço de convívio social de praticas efetivamente democrática.

Referências

BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. Educação e realidade. Vol.21(1), jan/jun. 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; tradução: Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2013.

CARVALHAR, Daniele Lameirinhas. **Currículo da educação infantil**: sexualidades e heteronormatividades na produção de identidades. In: PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). Pesquisas sobre currículos e culturas. Curitiba: CRV, 2010. p.31-52.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidades e educação**: notas para uma “epistemologia”. Educar, Curitiba, n.35. p. 37-51, 2009. Editora UFPR.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. vol. 1: **A vontade de saber**. 11ed. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

_____. **A ordem do discurso**. 5. Ed. Tradução de Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **História da sexualidade 2**. O uso dos prazeres; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque; Rio de Janeiro: Graal, 1984.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação continuada, alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidades**: políticos de subjetivação; textos reunidos. 2ed. rev. Atual. – Porto Alegre; Rede UNIDA, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação continuada, alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009.

_____. **Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação**. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> Acessado em 14/03/2018 às 11h50min.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. O Currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, Marisa Vorraberg(org.): **O currículo nas liminares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 3 edição, 2001.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte:



Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012